



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1



Poder Executivo

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA - IPPUC

EDITAL - AVISO DE PUBLICAÇÃO

TORNA público o edital do 3º Leilão da 2ª Distribuição Pública no mercado de balcão organizado da B3 relativamente à colocação primária de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC) de emissão da emissora.

O PRESIDENTE INTERINO do INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 1917/2017,

RESOLVE

TORNAR público o edital do 3º Leilão da 2ª Distribuição Pública no mercado de balcão organizado da B3 relativamente à colocação primária de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC) de emissão da emissora, conforme anexo. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 18 de abril de 2018.

Luiz Fernando de Souza Jamur : Presidente interino do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUPLEMENTO Nº 1



EDITAL DO 3º LEILÃO DA 2ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA NO MERCADO DE BALCÃO ORGANIZADO DA B3 RELATIVAMENTE À COLOCAÇÃO PRIMÁRIA DE CERTIFICADOS DE POTENCIAL ADICIONAL DE CONSTRUÇÃO (CEPAC) DE EMISSÃO DA EMISSORA

OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA LINHA VERDE REGISTRO CVM 2012/01



Av. Cândido de Abreu, 817, Centro Cívico
Curitiba – PR – CEP 80530-000
Código ISIN nº BRCTBACPA001

perfazendo o total de até R\$ R\$ 10.080.000,00 , no âmbito da

2ª DISTRIBUIÇÃO DE CEPAC DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA LINHA VERDE REGISTRADA NA CVM SOB Nº CVM/SRE/TIC/2016/001, EM 13 DE MAIO DE 2016.

Coordenador da Operação



IPPUC
INSTITUTO DE PESQUISA E
PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA

Agente Fiscalizador



Banco Coordenador



Assessoria Jurídica

PGM
Procuradoria Geral do Município

A colocação primária dos CEPAC emitidos no âmbito da Operação Urbana Consorciada Linha Verde junto à B3, segmento de mercado de balcão organizado, ocorrerá em 14 de Maio de 2018, das 12h30min às 12h45min. O Banco Coordenador da Colocação Pública dos CEPAC será o BB – Banco de Investimento S.A.

“O registro da presente distribuição pública não implica, por parte da CVM, em garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia Emissora, bem como sobre os CEPAC, a serem distribuídos.”

“Os investidores devem ler a Seção Fatores de Risco do Prospecto (páginas 51 a 59), disponível na sede da Prefeitura do Município de Curitiba (“Prefeitura”), no Palácio 29 de Março, sito à Av. Cândido de Abreu, 817, Centro Cívico, Curitiba – PR, endereço da CVM: Rua Sete de Setembro, 111, 30º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, ou Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, Bela Vista, São Paulo/SP ou nos seguintes *websites*:

- (i) www.cvm.gov.br, acessar "Registros de Ofertas Públicas" – "CEPAC", depois "Registro das operações urbanas consorciadas para negociação de CEPAC concedido", depois "Prefeitura do Município de Curitiba" na Operação Urbana Consorciada Linha Verde, depois "PROSPECTO ATUALIZADO";
- (ii) www.bmfbovespa.com.br, acessar na barra superior acessar "Produtos", no menu "Listados a Vista e Derivativos" clicar em "Renda Variável", no quadro CEPAC clicar em "Saiba Mais", no menu Saiba Mais clicar em "Ofertas públicas", "Outros Emissores" e, em Ofertas em Andamento, Prefeitura do Município de Curitiba - CEPAC - Operação Urbana - Linha Verde"; e alternativamente: www.bmfbovespa.com.br, na barra superior acessar "Listagem", clicar em "Saiba Mais", no menu à direita, clicar em "Mais Listagem", no quadro CEPAC clicar em "Saiba Mais", no menu Saiba Mais clicar em "Ofertas públicas", "Outros Emissores" e, em Ofertas em Andamento, Prefeitura do Município de Curitiba - CEPAC - Operação Urbana - Linha Verde";
- (iii) www.curitiba.pr.gov.br/operacaourbana, acessar a Aba "Material Segunda Distribuição"; e alternativamente: Aba "Informações Relevantes" e Aba "Prospecto e Suplemento – Consulta Obrigatória;
- (iv) [http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/investimentos/oferta-publica-ativos#/,](http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/investimentos/oferta-publica-ativos#/) acessar "Outros Prospectos", "CEPAC - Prospecto da Operação Urbana Linha Verde".

A data de publicação desse Edital de Leilão é 18 de Abril de 2018.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUPLEMENTO Nº 1



Índice

GLOSSÁRIO E ABREVIATURAS	1
PESSOAS E INSTITUIÇÕES	4
INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES RELATIVAS À OFERTA.....	6
BREVE DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA LINHA VERDE.....	6
Operação Urbana Consorciada	6
Operação Urbana Consorciada Linha Verde	7
Quantidade Limitada de CEPAC.....	7
Outras Características dos CEPAC	9
Utilização dos CEPAC.....	9
CARACTERÍSTICAS DA 2ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE CEPAC DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA LINHA VERDE	9
Intervenções da 2ª Distribuição	10
Ato Deliberativo que aprovou a 2ª Distribuição de CEPAC.....	11
Relacionamento com o Coordenador Líder da Oferta	11
Identificação do Público-Alvo, Preço e Montante da Distribuição.....	12
Cotação dos CEPAC na B3	12
Cronograma Estimado das Etapas da Distribuição Pública	13
Da Suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta	13
Declaração de inadequação do investimento	14
Contrato de Distribuição	14
Demonstrativo do Custo da Distribuição Pública	14
FATORES DE RISCO DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA LINHA VERDE.....	15
Fatores de Risco de Natureza Jurídica	15
FATORES DE RISCOS MACROECONÔMICOS	15
FATORES DE RISCO SETORIAIS	15
Além de fatores externos, como os vistos acima, outros fatores intrínsecos ao setor imobiliário podem gerar-lhe oscilações, tais como alterações na legislação específica, criação ou alteração de leis sobre meio ambiente, ou medidas que afetem a escassez de financiamentos à habitação.....	16
Risco de Regulamentação Específica e Meio Ambiente.....	16
Risco de Financiamento Imobiliário	16
Risco de Valorização	17
FATORES DE RISCO DA EMISSORA	17
Riscos Políticos.....	17
Risco de Alteração da Política de Investimentos	17
FATORES DE RISCO DOS CEPAC	18
Risco de Inovação	18
Risco de Liquidez	18
Risco de Inexistência de Garantia de Financiamento da Intervenção	18
Risco de Descasamento de Fluxos	18
Risco de Limites de CEPAC.....	18
Risco de Suspensão, Cancelamento, Revogação ou Modificação da Oferta	19
FATORES DE RISCO DE NATUREZA POLÍTICA	19
Risco de Modificação da Legislação	19
Risco de Modificação do Valor Venal.....	20
FATORES DE RISCO DAS INTERVENÇÕES	20
FATORES DE RISCO DOS ESTUDOS DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA	21
FATORES DE RISCO DA 2ª DISTRIBUIÇÃO	21
Risco quanto ao Custo Estimativo das Intervenções.....	21
Risco quanto as Desapropriações.....	21
Risco quanto aos Custos de Distribuição.....	21
Risco quanto a Inexistência de Garantia Firme de Colocação	21
Risco de Insuficiência de Recursos	22
IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSULTORES	22



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1



Informações sobre a Emissora.....	22
Informações sobre as demais instituições	22



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUPLEMENTO Nº 1



GLOSSÁRIO E ABREVIATURAS

Para fins deste Edital, as definições aqui contidas, no singular ou no plural, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, têm o seguinte significado:

ACA	Área de Construção Adicional
Afastamento das divisas	Distância perpendicular entre a edificação e as divisas laterais e de fundos do terreno, com o imóvel confrontante.
Altura das edificações	Dimensão vertical da edificação, podendo ser expressa em número de pavimentos, contados a partir do térreo (inclusive), ou em metros lineares, considerando a distância entre o nível do terreno e o ponto extremo da cobertura.
Área não computável	Somatório das áreas de uma edificação que não impactam no aumento da densidade populacional e possibilitam melhoria da sua condição ambiental. Não é considerada para cálculo do coeficiente de aproveitamento do lote.
Área computável	Área da edificação obtida após a dedução das áreas não computáveis e das áreas oriundas de incentivos construtivos. É considerada para cálculo do coeficiente de aproveitamento do lote.
Área líquida de terreno	Área total dos terrenos inseridos na área de abrangência da Operação Urbana Consorciada Linha Verde, excluídas as áreas dos logradouros públicos (ruas, avenidas e praças) e as áreas dos terrenos pertencentes à União, Estado ou Município.
Benefício Econômico Agregado	Valorização imobiliária decorrente do programa de intervenções e da requalificação de usos e ocupação prevista para os terrenos localizados dentro da área de abrangência e da possibilidade de sua melhor utilização com a obtenção de Potencial Construtivo Adicional e Parâmetros Urbanísticos.
CEPAC	Certificados de Potencial Adicional de Construção de emissão de Municípios no âmbito de Operações Urbanas Consorciadas, utilizados como pagamento de Contrapartida financeira para obtenção de Direitos Urbanísticos Adicionais, e não representativos de dívida ou crédito.
BRT	<i>Bus Rapid Transit</i>
Coeficiente de Aproveitamento	Índice utilizado para cálculo da relação entre a área construída e a área do terreno de um imóvel, de acordo com a legislação aplicável, considerando os zoneamentos distintos.
Coeficiente de Aproveitamento do Lote	Fator estabelecido para cada uso nas diversas zonas, que define a área máxima computável de construção admitida em um terreno. É expresso pela relação entre a área total computável de construção e a área do terreno.
Comissão Executiva do Programa de Intervenções	Instância prevista na Lei da Operação Urbana Consorciada Linha Verde, composta por representantes da Prefeitura, com a finalidade de definir o Plano de Prioridades de Intervenções e o Plano de Investimentos da Operação Urbana Consorciada Linha Verde.
Conta Vinculada	Conta em que serão mantidos os recursos obtidos com a alienação dos CEPAC, mantida pela Secretaria Municipal de Finanças – SMF junto ao Banco do Brasil S.A.. É a única conta em que serão mantidos os recursos obtidos com a alienação dos CEPAC.
Contrapartida	Valor econômico correspondente ao pagamento pela aquisição de Direitos Urbanísticos Adicionais outorgados pela municipalidade.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1



CREA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.
Decreto Urbanístico	Decreto nº 1, de 5 de janeiro de 2.016, que regula os aspectos urbanísticos da Operação Urbana Consorciada.
Decreto Operacional	Decreto n.º 134, de 26 de janeiro de 2.010, que regulamenta a operacionalidade dos CEPAC.
Direitos Urbanísticos Adicionais	Benefícios concedidos pelo Município para autorizar o aumento da área construída de imóveis acima do Coeficiente de Aproveitamento da zona, observados os limites máximos previstos em lei, e parâmetros urbanísticos previstos para a região
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiental
Estoque	Limite da área adicional de construção medido em m ² , definido para a Operação Urbana por setor e uso.
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
Grupo de Gestão	Instância prevista na Lei da Operação Urbana Consorciada Linha Verde, coordenada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, contando com a participação de representantes de órgãos municipais e de entidades representativas da sociedade civil, com a finalidade de realizar o acompanhamento e implementação do programa de Intervenções da Operação Urbana Consorciada, em especial o acompanhamento dos projetos urbanísticos, o controle geral da Operação Urbana, e, ainda, propor revisão da Lei 13.909 de 19 e dezembro de 2011, que aprovou a Operação Urbana Consorciada Linha Verde.
IGPM	Índice Geral de Preços de Mercado, calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas
Incentivo Construtivo	Benefício outorgado pelo município por meio de concessão de área adicional de construção, oneroso ou não, com o objetivo de promover e estimular a concepção de edificações, segundo determinados critérios e características, visando a preservação ou indução de aspectos urbanísticos e/ou ambientais.
Infovia	Sistema viário dotado de equipamentos de monitoramento de trânsito, segurança, comunicação e internet.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2.003, que dispõe sobre os registros de negociação e de distribuição pública de valores mobiliários.
Instrução CVM 401	Instrução CVM nº 401, de 29 de dezembro de 2.003, que dispõe sobre os registros de negociação e de distribuição pública dos CEPAC
Instrução CVM 482	Instrução CVM nº 482, de 05 de abril de 2.010, que altera a Instrução 400.
Intervenção	Conjunto de ações de natureza urbanística praticadas pelo Município por meio de obras públicas, alteração da paisagem urbana, desapropriações, sendo que o custo delas inclui todas as despesas necessárias a sua realização, inclusive os gastos incorridos com consultorias, estudo de viabilidade, estudo de impacto, projetos, emissão dos CEPAC, despesas com gerenciamento, terceiros contratados e taxas a serem pagas para distribuição pública dos CEPAC.
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Intervivos
JIBC	<i>Japan Bank for International Cooperation</i>



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUPLEMENTO Nº 1



Lei da Operação Urbana Consorciada Linha Verde	Lei Municipal nº 13.909 de 19 de dezembro de 2.011, que institui a Operação Urbana Consorciada Linha Verde, com a redação dada pela Lei 14.773 de 17 de dezembro de 2015.
Lei de Uso e Ocupação do Solo	Lei Municipal nº 9.800 de 03 de janeiro de 2.000, que “Dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de Curitiba e dá outras providências.”, estabelecendo os Coeficientes de Aproveitamento e parâmetros de uso e ocupação do solo no Município de Curitiba.
Lei de Uso dos Polos da Linha Verde	Lei nº 12.767 de 5 de junho de 2008 que "Define a localização dos Polos no trecho sul do Setor Especial da BR-116-SE-BR-116, cria incentivos construtivos para terrenos situados nos Polos, no SE-BR-116 e na Zona de Transição – BR-116 – ZT-BR-116 e dá outras providências".
LP	Licença Ambiental Prévia
LI	Licença Ambiental de Instalação
LO	Licença Ambiental de Operação
Operação Urbana ou Operação Urbana Consorciada	Instrumento urbanístico que excepciona a Lei de Uso e Ocupação do Solo e é utilizada para requalificar uma área da cidade ou para implantar e/ou ampliar infraestruturas urbanas.
Operação Urbana Consorciada Linha Verde ou OUC-LV	Conjunto de Intervenções coordenadas pela Prefeitura, com a participação dos proprietários moradores, usuários e investidores, visando a melhoria e transformações urbanísticas, sociais e ambientais na área de influência da Operação Urbana Consorciada Linha Verde - OUC-LV.
Outorga Onerosa	Concessão pelo Poder Público de Direitos Urbanísticos Adicionais, mediante pagamento de Contrapartida.
Parâmetros Urbanísticos	Valores que definem as características e os limites praticáveis nas edificações, definidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, com a finalidade de promover o ordenamento da ocupação do território do município. São parâmetros urbanísticos: coeficiente de aproveitamento do lote, taxa de ocupação, taxa de permeabilidade, recuo frontal, afastamento das divisas, altura das edificações, usos permitidos, áreas computáveis, áreas não computáveis, exigência e padrões de vagas de estacionamento de veículos, dimensões de lote mínimo, entre outros.
Plano Diretor	Plano Diretor de Curitiba, estabelecido pela Lei Municipal nº 2.828, de 10 de agosto de 1966, adequado ao Estatuto da Cidade pela Lei Municipal nº 11.266, de 16 de dezembro de 2004 e revisado pela Lei Municipal nº 14.771 de 17 de dezembro de 2015, o qual consiste em um instrumento global e estratégico da política de desenvolvimento urbano determinante para todos os agentes públicos e privados que atuam no município.
PIB	Produto Interno Bruto
Potencial Construtivo	Produto resultante da multiplicação da área do terreno pelo Coeficiente de Aproveitamento
Potencial Construtivo Adicional	Área (em m ²) que pode ser construída além do Potencial Construtivo, mediante pagamento da Contrapartida, que é resultante da diferença entre o Potencial Construtivo máximo previsto na Lei da Operação Urbana Consorciada Linha Verde e o Potencial Construtivo estabelecido pelo Plano Diretor e pela Lei de Uso e Ocupação do Solo
RIT	Rede Integrada de Transporte



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUPLEMENTO Nº 1



RMC	Região Metropolitana de Curitiba
Recuo frontal	Distância perpendicular entre a fachada da edificação incluindo o subsolo e a linha frontal do terreno, no logradouro público, ou novo alinhamento projetado, se houver.
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
Taxa de Ocupação	Índice percentual expresso pela relação entre a área de projeção da(s) edificação(ões) sobre o plano horizontal e a área do terreno.
Taxa de permeabilidade	Índice percentual expresso pela relação entre a área livre de edificações e de revestimentos impermeáveis e a área do terreno.
Usos permitidos	Compreendem as atividades urbanas que apresentem clara compatibilidade com as finalidades urbanísticas de uma zona ou setor de uso e são definidas como permitidas perante a Lei de Uso e Ocupação do Solo.
Zoneamento	Divisão do território do Município visando a otimização da utilização de cada região, em função do sistema viário, da topografia e da infraestrutura existente, por meio da criação de zonas e setores de uso e ocupação do solo e de adensamentos diferenciados

PESSOAS E INSTITUIÇÕES

Agente Fiscalizador	Caixa Econômica Federal-CEF (vide página 10 do Prospecto)
Banco Coordenador ou Coordenador Líder ou BB Investimentos	BB – Banco de Investimento S.A. (vide página 10 do Prospecto)
Banco Escriturador	Banco do Brasil S.A.
B3	B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEF	Caixa Econômica Federal
CETIP	Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
Coordenadora da Comissão Executiva da Operação Urbana Consorciada Linha Verde	Secretaria Municipal de Planejamento e Administração - SEPLAD
Coordenadora do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Linha Verde	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC
CMN	Conselho Monetário Nacional
CTA	Controle de Tráfego em Área
CVM	Comissão de Valores Mobiliários



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1



Emissora	Prefeitura do Município de Curitiba
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
Órgãos e entidades da administração municipal participantes da Operação Urbana Consorciada Linha Verde	Secretaria Municipal do Urbanismo – SMU; Secretaria Municipal de Finanças - SMF; Secretaria Municipal de Planejamento e Administração - SEPLAD; Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMMA; Secretaria do Governo Municipal – SGM; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC; Procuradoria Geral do Município – PGM
Prefeitura	Prefeitura Municipal de Curitiba



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUPLEMENTO Nº 1



INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES RELATIVAS À OFERTA

As características dos CEPAC (Certificados de Potencial Adicional de Construção) constam do Anúncio de Início de Distribuição Pública publicado no Diário Oficial Eletrônico – Atos do Município de Curitiba, nº 96, Ano V, em 23 de maio de 2016, estando de acordo com as exigências da Instrução CVM nº 401, de 29 de dezembro de 2003.

A colocação primária dos CEPAC emitidos no âmbito da Operação Urbana Consorciada Linha Verde junto à B3, Segmento de Mercado de Balcão Organizado, ocorrerá no dia 14 de Maio de 2018, das 12:30 hs às 12:45 hs. O Banco Coordenador da Colocação Pública dos CEPAC será o BB – Banco de Investimento S.A..

Papel/Tipo	Código	Quantidade	Preço Mínimo	Valor do Leilão
CEPAC	CTBA11BL	30.000	R\$ 336,00	R\$ 10.080.000,00

A oferta será realizada através de um leilão no Sistema Eletrônico de negociação da B3 conforme regras estabelecidas nos “Regulamento de Operações do Mercado de Balcão Organizado” e “Manual de Procedimentos Operacionais do Mercado de Balcão Organizado”, respectivamente.

Tendo em vista que a Oferta será realizada por meio de leilão no sistema eletrônico de negociação da B3, as condições gerais de realização do Leilão, assim como as regras de prorrogação e formação de preço durante o Leilão, estão dispostas no item IV do Manual de Procedimentos Operacionais do Mercado de Balcão Organizado da B3.

Não serão permitidas ofertas de compra ao preço de abertura (MOA) neste leilão. A liquidação física e financeira da presente operação será efetuada à vista, no terceiro dia seguinte da realização da operação (D+3) e será processada de acordo com as normas da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, pelo módulo de liquidação bruta, no qual a referida Câmara coordena o processo de entrega contra pagamento sem assumir a posição de contraparte central garantidora.

Os emolumentos devidos serão cobrados de acordo com a tabela vigente no período do Leilão, sendo as corretagens livremente pactuadas entre as partes, obedecidas às disposições legais.

O adquirente que tiver interesse em utilizar os benefícios conferidos pelo CEPAC deverá apresentar na Secretaria Municipal do Urbanismo - SMU seu pedido de vinculação ao terreno, com ou sem projeto, conforme regras previstas na legislação municipal, ocasião em que será analisado e verificado o cálculo do valor da Contrapartida da Outorga Onerosa, a ser paga em CEPAC.

Quando da emissão da certidão de pagamento de Outorga Onerosa em CEPAC, a Prefeitura comunicará ao Banco Escriturador para que proceda ao cancelamento dos CEPAC utilizados, e atualizará os controles do Estoque da Operação Urbana Consorciada Linha Verde, que são periodicamente comunicados ao mercado.

Caso tenha sido concluída a Intervenção ou grupo de Intervenções e remanesçam recursos obtidos com a alienação de CEPAC no mercado, tais recursos poderão ser transferidos para a Intervenção seguinte da Operação Urbana Consorciada, sendo vedada sua utilização para qualquer outro fim.

Na apuração do valor total da Intervenção, ou conjunto de Intervenções, para efeito de cálculo da quantidade total de CEPAC que poderão ser distribuídos, estão incluídas todas as respectivas despesas, devidamente comprovadas, inclusive estudos, projetos, desapropriações e custos de administração próprios da Operação Urbana Consorciada.

Maiores informações ou dúvidas sobre o leilão poderão ser obtidas junto ao BB Investimentos, Sr. Rodrigo Fonai (fone 11-4298-7108) ou na Diretoria de Operações da B3 através dos telefones (11) 2565-4304, (11) 2565-4305.

BREVE DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA LINHA VERDE

Operação Urbana Consorciada

Uma Operação Urbana Consorciada envolve um conjunto de Intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar, em área específica, transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. O Município define, por lei, um perímetro urbano que será objeto das Intervenções para o qual é estabelecido um programa de obras e desapropriações, com a participação da sociedade civil, visando melhorar a qualidade de vida da



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUPLEMENTO Nº 1



área, solucionar problemas sociais, valorizar os imóveis, organizar os meios de transporte local, e beneficiar o meio ambiente.

Operação Urbana Consorciada Linha Verde

Para os imóveis contidos no perímetro de uma Operação Urbana Consorciada, essa outorga onerosa do direito adicional de construção somente pode ser paga, pelo interessado, por meio de CEPAC, não se admitindo qualquer outra contrapartida (como, por exemplo, moeda corrente).

Os recursos extraorçamentários obtidos pelo Município com a alienação de CEPAC devem obrigatoriamente ser utilizados nas intervenções previstas na mesma Operação Urbana Consorciada.

Desta forma, o Município obtém os recursos para financiar as intervenções da área da Operação Urbana Consorciada sem aumento de seu endividamento. Além disso, oferece-se ao mercado imobiliário a oportunidade de adquirir Direitos Urbanísticos Adicionais para atendimento de suas necessidades antes mesmo da realização das intervenções que, em tese, gerarão uma valorização dos imóveis do perímetro urbano respectivo, e conseqüentemente, desses próprios direitos.

Considera-se público alvo potencialmente interessado na aquisição e utilização de CEPAC, investidores, fundos de pensão, empreendedores, instituições financeiras, incorporadoras, construtoras, fundos imobiliários, moradores, dentre outros, sem qualquer restrição. Os CEPAC poderão ser adquiridos por qualquer interessado.

Após o esgotamento da área adicional de construção no âmbito da Operação Urbana Consorciada Linha Verde, não será mais possível construir acima dos limites básicos impostos pela legislação urbanística vigente.

A Prefeitura do Município de Curitiba editou os Decretos nº 1 de 5 de janeiro de 2016 e o nº 134 de 26 de julho de 2012, que além de atender às exigências da Instrução CVM 401, regulamenta a emissão dos títulos, as responsabilidades pelo acompanhamento das Operações Urbanas Consorciadas, e indica a forma de exercício dos direitos assegurados pelos CEPAC.

Quantidade Limitada de CEPAC

Para a Operação Urbana Consorciada Linha Verde estabeleceu-se um limite máximo de 4.830.000 (quatro milhões, oitocentos e trinta mil) CEPAC a serem emitidos, sem que sejam fixados percentuais mínimos de distribuição parcial, salvo por exigência legal, regulamentar ou judicial, ou por conveniência do mercado, ressalvando-se, ainda, que a distribuição parcial poderá ocorrer por encerramento ou por prazo.

A Operação Urbana Consorciada Linha Verde é dividida em 3 (três) Setores, cada qual com um limite de metros quadrados adicionais que poderão ser utilizados como Direitos Urbanísticos Adicionais. Não obstante os CEPAC sejam os mesmos, e possam ser utilizados em qualquer área contida no perímetro da Operação Urbana Consorciada Linha Verde (obedecida a tabela de conversão entre CEPAC e m² de área construída adicional para cada setor – página 14 do Prospecto), tão logo seja atingido o limite de área adicional de construção em um determinado setor, os CEPAC somente poderão ser utilizados em imóveis localizados nos demais setores.

O território da OUC-LV abrange uma área líquida de terreno de pouco mais de 2.000 hectares (20,82 milhões de m²) distribuídos nos três Setores da Operação Urbana Consorciada Linha Verde, sendo 3,95 milhões de m² no Setor Norte, 6,25 milhões de m² no Setor Central e 10,6 milhões no Setor Sul.

Em sua longa extensão, ao longo de 14 km às margens da rodovia BR-116, a OUC-Linha Verde engloba amplo território onde predomina a diversidade de uso nas formas de ocupação, combinada com relativa homogeneidade quanto aos padrões de ocupação. Convivem nesse espaço atividades como comércio, serviços, indústrias, residências, hotéis, hospitais, escolas e tantas outras. Os percentuais de participação desses diferentes usos variam entre os setores Norte, Central e Sul, bem como no interior de cada um deles.

Os dados revelaram que os terrenos ocupados pelos usos comercial/serviços (31%) e o residencial (31%) se equivalem, totalizando juntos 62% da área líquida de terreno da OUC-LV. O uso industrial tem participação pouco significativa, ocupando apenas cerca de 3% da área de terreno, bem inferior ao conjunto de “outros Usos”, que detêm 15% do total do terreno.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUPLEMENTO Nº 1



Aspecto importante a ser observado, tendo em vista a identificação de áreas passíveis de renovação urbana, é a presença de terrenos vagos, representando 3,8 milhões de m² e 18% do total dos terrenos da OUC-LV, quase metade deles (45%) concentrados no Setor Sul.

O investidor deve levar em consideração que não há garantia de que os recursos captados sejam suficientes para conclusão de todas as obras previstas. A insuficiência de recursos para as obras previstas pode ser consultada na Seção “Risco de Inexistência de Garantia de Financiamento da Intervenção” na pág. 54 do Prospecto.

Nesse sentido, recomendamos aos potenciais investidores que antes de adquirir um CEPAC, consulte o Estoque disponível para cada setor, conforme o quadro “Resumo Geral” disponibilizado periodicamente pela Prefeitura no site da Emissora: <http://www.curitiba.pr.gov.br/operacaourbana>

Direitos e Vantagens e Restrições dos CEPAC

3. Os CEPAC distribuídos publicamente são valores mobiliários, conforme decisão proferida pelo Colegiado da CVM, em 28 de agosto de 2003, e nos termos da Instrução CVM nº 401, de 29 de dezembro de 2003. Os CEPAC representam área (em m²) a ser construída, que (i) supere os padrões estabelecidos pela legislação de uso e ocupação do solo, até o limite fixado pela Lei da Operação Linha Verde; e/ou (ii) confira utilização do imóvel diversa da prevista pela legislação de uso e ocupação do solo, nos limites fixados pela Lei da Operação Linha Verde; e/ou (iii) que supere as restrições impostas a cada zona pela legislação de uso e ocupação do solo. Os CEPAC, quando utilizados, conferirão os direitos indicados na Tabela 1 abaixo, observados os estoques indicados na Tabela 2 abaixo:

Conversão dos CEPAC

Quadro 1 - Fatores de Equivalência em relação ao uso e localização para fins de cálculo da quantidade de CEPAC

Setor	Subsetor	Uso Residencial	Uso Não Residencial
Norte	Polos - 1	0,95 m ²	1,15 m ²
	Área Diretamente Beneficiada – 1	1,00 m ²	0,85 m ²
	Área Indiretamente Beneficiada – 1	1,40 m ²	1,15 m ²
Central	Polos – 2	0,65 m ²	0,75 m ²
	Área Diretamente Beneficiada – 2	0,60 m ²	0,55 m ²
	Área Indiretamente Beneficiada – 2	1,00 m ²	0,85 m ²
Sul	Polos – 3	0,90 m ²	1,10 m ²
	Área Diretamente Beneficiada – 3	0,80 m ²	0,70 m ²
	Área Indiretamente Beneficiada – 3	1,35 m ²	1,10 m ²

Fonte: Lei 13.909/11 com a redação dada pela Lei 14.773/15.

Estoque de CEPAC

Conforme consta no Prospecto, até a data de 30/09/15 o estoque de ACA por Setores da Operação Urbana Consorciada Linha Verde apresentava-se da conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1- Estoque de ACA por Setores da Operação Urbana

Setor	Estoque Total Inicial - ACA Lei 13.909/11	ESTOQUE DE ACA OUC-LV POR SETOR (30/09/15)						Estoque Estimado			
		Residencial			Não Residencial			Residencial	Saldo Estimado(%)	Não Residencial	Saldo Estimado (%)
		Estoque Inicial	Consumo	% Consumido	Estoque Inicial	Consumo	% Consumido				
NORTE	1.280.000,00	960.000,00	566,04	0,06	320.000,00	0,00	0,00	959.433,96	99,94	320.000,00	100,00
CENTRAL	1.275.000,00	765.000,00	4.946,26	0,65	510.000,00	46.165,70	9,05	760.053,74	99,35	463.834,30	90,95
SUL	1.920.000,00	1.535.000,00	13.671,96	0,89	385.000,00	7.097,50	1,84	1.521.328,04	99,11	377.903,50	98,16
TOTAL	4.475.000,00	3.260.000,00	19.184,26	0,59	1.215.000,00	53.263,20	4,38	3.240.815,74	99,41	1.161.736,80	95,62

Fonte: Secretaria Municipal do Urbanismo



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUPLEMENTO Nº 1



Até a data de 30/09/15 o estoque de CEPAC da Operação Urbana Consorciada Linha Verde apresentava-se conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2– Estoque de CEPAC

ESTOQUE DE CEPACS (30/09/15)											
ESTOQUE ORIGINAL		COMERCIALIZADOS		CONSUMIDOS Vinculados à Alvará de Construção (Bloqueados)		Em circulação		ESTOQUE DISPONÍVEL PARA UTILIZAÇÃO (Estoque Original - CEPAC's Bloqueados)		ESTOQUE DISPONÍVEL PARA COMERCIALIZAÇÃO EM LEILÕES	
Quantidade	%	Quantidade	%	Acumulado	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
4.830.000	100,00%	161.486	3,34%	130.535	2,70%	30.951	0,64%	4.699.465	97,30%	4.668.514	96,66%

Fonte: Secretaria Municipal do Urbanismo

Os valores atualizados de Estoque de CEPAC e ACA podem ser encontrados nos Relatórios Trimestrais disponíveis no site da Operação Urbana Consorciada Linha Verde – OUC-LV no endereço eletrônico www.curitiba.pr.gov.br/operacaourbana na aba “Relatórios”.

Os CEPAC não representam direito de crédito contra a Emissora. Uma vez alienados em leilão patrocinado pela Prefeitura, os CEPAC poderão ser livremente negociados no mercado secundário.

Outras Características dos CEPAC

Os CEPAC são instrumentos previstos na Lei 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade e, são considerados valores mobiliários, conforme estabelecido na Instrução CVM 401 e decisão proferida pelo Colegiado da CVM em Reunião havida em 28 de agosto de 2003, Ata nº 33, e sua distribuição pública está sujeita ao atendimento das determinações contidas na Instrução CVM 401.

Utilização dos CEPAC

Respeitados os limites por setor, o interessado poderá utilizar os CEPAC a qualquer momento como meio de pagamento da Contrapartida devida à Prefeitura por ocasião de um projeto de construção, ou simplesmente para vincular os direitos conferidos pelo CEPAC a um lote. Neste último caso, ao imóvel beneficiado ficam garantidos, no futuro, os Direitos Urbanísticos Adicionais correspondentes. Desta forma, o interessado garante o exercício desses direitos antes de esgotado o Estoque (em metros quadrados) do respectivo setor da Área da Operação Urbana Consorciada Linha Verde, mesmo que não tenha a intenção de iniciar seu projeto imediatamente.

CARACTERÍSTICAS DA 2ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE CEPAC DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA LINHA VERDE

Trata-se da 2ª Distribuição Pública de CEPAC pela Prefeitura no âmbito da Operação Urbana Consorciada Linha Verde, a qual completou 4 (quatro) anos em Dezembro de 2015 desde sua convalidação em operação consorciada com o advento da Lei nº 13.909, de 19 de dezembro de 2011 com a redação dada pela lei Municipal 14.773 de 17 de dezembro de 2.015.

O saldo de CEPAC disponível para emissão e negociação é de 4.668.514 títulos, sendo que serão distribuídos por ocasião desta 2ª Distribuição até 1.675.585 títulos, por meio de um ou mais leilões públicos a serem realizados no Mercado de Balcão Organizado administrado pela B3. O prazo estimado de distribuição é de até 2 (dois) anos, sendo a quantidade distribuída e o intervalo definidos segundo a melhor conveniência da Emissora e resposta de mercado, conforme definido pela IPPUC.

Não haverá delimitação prévia de prazo ou quantidade mínima de CEPAC para cada um dos leilões, sendo intenção da Emissora que o primeiro leilão seja realizado em 2016. Os pagamentos pelos investidores deverão ser feitos à vista, no ato da aquisição dos CEPAC.

Os recursos captados na 2ª Distribuição de CEPAC da Operação Urbana Consorciada Linha Verde, enquanto não aplicados na realização das Intervenções relacionadas no item “INTERVENÇÕES DA 2ª DISTRIBUIÇÃO” do Suplemento ao Prospecto, serão depositados em conta vinculada junto ao Banco do Brasil S.A. e serão aplicados em operações financeiras de perfil conservador de forma a não permitir sua desvalorização monetária.

Além de financiar as Intervenções da 2ª Distribuição, os recursos obtidos com a alienação dos CEPAC serão utilizados para o pagamento das instituições envolvidas nos processos de escrituração e distribuição dos CEPAC, custos



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUPLEMENTO Nº 1



administrativos, gestão, coordenação e fiscalização das Intervenções e, finalmente, para custeio das despesas relativas às taxas e aos emolumentos devidos por ocasião do registro e liquidação da Oferta (CVM, B3, etc.).

O CEPAC, sendo um valor mobiliário negociado em mercado organizado de valores mobiliários, em função da sua procura pelo mercado investidor, poderá ser negociado com ágio em relação ao Preço unitário mínimo, alavancando a arrecadação de recursos e gerando um valor excedente. Este valor excedente poderá ser utilizado para custeio das demais intervenções previstas no Suplemento, segundo a ordem de prioridade estabelecida (vide item "INTERVENÇÕES DA 2ª DISTRIBUIÇÃO" do Suplemento ao Prospecto).

A 2ª Distribuição será distribuída pelo BB - Banco de Investimento S.A. na condição de coordenador-líder da Oferta (IN CVM 400) e a CEF foi contratada como agente fiscalizador do emprego dos recursos obtidos com a 2ª Distribuição, bem como acompanhará o andamento das Intervenções que a compõem, assegurando a suficiência e veracidade das informações que serão periodicamente prestadas pela Emissora e pelo IPPUC, conforme o caso, ao mercado.

Apesar de a Operação Urbana Consorciada Linha Verde ter por objetivo o financiamento das Intervenções com os recursos obtidos por meio da alienação de CEPAC, existe a possibilidade de o Poder Público, caso entenda adequado, realizar parcial ou totalmente as Intervenções com recursos próprios, bem como com agentes de financiamento.

Na hipótese de a Emissora realizar colocação privada de CEPAC, deverá (i) comunicar à CVM, até três dias após a colocação, o valor total colocado; (ii) publicar aviso no mesmo jornal em que tenha sido publicado o Anúncio de Início de Distribuição dos CEPAC informando o total de CEPAC colocado privadamente, o preço pelo qual os mesmos tenham sido colocados e o nome e qualificação dos adquirentes dos CEPAC na colocação privada.

Intervenções da 2ª Distribuição

As Intervenções da 2ª Distribuição de CEPAC da Operação Urbana Consorciada Linha Verde que serão financiadas com os recursos obtidos da alienação de tais títulos são as descritas na Tabela 1.

TABELA 3 – INTERVENÇÕES DA 2ª DISTRIBUIÇÃO DE CEPAC

INTERVENÇÕES	VALOR (R\$)
Extensão da Linha Verde Norte – Lote 3: 3.1 - Trecho entre a Região da Tarumã e a região da Estação Fagundes Varela	53,46 Milhões
Implantação de Trincheiras Verdes: Lote 3.2 - Interseção em Desnível – Trincheira Verde R. Fúlvio José Alice – R. Amazonas De Souza Azevedo	29,05 Milhões
Extensão da Linha Verde Norte – Lote 4: Trecho entre a região da Estação Fagundes Varela e a região da Estação Atuba	138,26 Milhões
Linha Verde Norte - Lote 2: Complexo Av. Victor Ferreira do Amaral	62,80 Milhões
Implantação de medidas mitigadoras compensatórias: Intervenções Ambientais Rua Dino Bertoldi / Bosque Portugal / Revitalização Margens Rio Belém, Pç. Cova da Iria e Pç. Mauro Ferreira	9,20 Milhões
Extensão do Projeto Linha Verde Sul - Trecho 4	37,58 Milhões
Realização de ações voltadas para a população de baixa renda residente em áreas de ocupação irregular: Intervenção Habitacional Vila Paraná (Vila Papelão)	16,10 Milhões
Implantação de Estações complementares de Embarque e Desembarque de transporte coletivo na Linha Verde	9 Milhões
Implantação de outras obras e ações necessárias para a consecução dos objetivos da Operação Urbana: implantação de marcos paisagísticos para a qualificação da paisagem urbana	2 Milhões
Implantação de Viadutos: Viaduto R. Anne Frank	44,85 Milhões
Implantação de Viadutos: Viaduto R. Ten. Francisco Ferreira De Souza	54,05 Milhões
Desapropriação do imóvel registrado na 8ª Circunscrição Imobiliária de Curitiba, conforme matrícula 27.627, com área de 335.740,99 m² - para implantação do Metrô Curitibaano, Linha Azul CIC Sul / Santa Cândida	92 Milhões
VALOR TOTAL DAS INTERVENÇÕES	548.350.000,00

Fonte: Suplemento ao Prospecto da 2ª Distribuição Pública de CEPAC.

Destaca-se que além dos valores a serem investidos nas intervenções descritas acima, os recursos obtidos com a alienação de CEPAC da 2ª Distribuição também serão utilizados para o pagamento dos custos administrativos da Operação Urbana proporcionais a essa Distribuição, no valor de R\$14.646.407,25, totalizando a 2ª Distribuição no valor de R\$562.996.407,25.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUPLEMENTO Nº 1



A partir da emissão e colocação dos CEPAC, as intervenções serão financiadas com os recursos obtidos com a alienação dos mesmos, o que inclui, desde a elaboração de seus projetos, até a conclusão das obras. Mesmo as obras que já tiveram início e vêm sendo financiadas com recursos próprios da Prefeitura Municipal de Curitiba poderão passar a ser financiadas com os recursos obtidos por meio da emissão de CEPAC. Da mesma forma, a Prefeitura Municipal de Curitiba utilizará os recursos para financiar os custos administrativos da operação, a exemplo daqueles descritos no Prospecto, bem como os custos que se façam necessários no âmbito da Operação Urbana voltados à consecução de seus objetivos.

As intervenções possuem as seguintes finalidades, cumulativamente ou não: (i) ordenamento e direcionamento da expansão urbana; (ii) implantação de equipamentos urbanos e comunitários; (iii) criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes; e (iv) criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental.

Os orçamentos poderão sofrer alterações por exigências de compensação ambiental, aumento do custo das obras ou das desapropriações ou outros fatores econômicos (vide item “Fatores de Risco ao Prospecto”).

Ato Deliberativo que aprovou a 2ª Distribuição de CEPAC

A Comissão Executiva da Operação Urbana Consorciada Linha Verde, em reunião realizada em 25/11/2015, aprovou as alterações do Prospecto e do Suplemento ao Prospecto da 2ª Distribuição Pública de CEPAC, bem como aprovou a atualização do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira da Operação Urbana Consorciada Linha Verde. A Ata da referida reunião encontra-se no Anexo III do Suplemento. Ademais, a Comissão Executiva da Operação Urbana Consorciada Linha Verde, por meio do Processo 01-160.346/2015 da Prefeitura Municipal de Curitiba, e do Ofício nº 202/2015-SEPLAD-AD de 15/12/15, solicitou ao Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Linha Verde que desse início aos procedimentos necessários para o protocolo do pedido de registro da 2ª Distribuição Pública de CEPAC. Destaca-se que o Processo 01-160.346/2015 contém toda a documentação referente ao protocolo do pedido de registro da 2ª Distribuição Pública de CEPAC junto à Comissão de Valores Mobiliários. O Ofício nº 202/2015-SEPLAD-AD encontra-se no Anexo IV desse Suplemento.

Em continuidade às ações necessárias à deliberação da 2ª Distribuição Pública de CEPAC, em atendimento ao contido no Art. 4º do Decreto Municipal nº 134/2012, a Comissão Executiva, por meio do Processo 04-011684/2016 da Prefeitura Municipal de Curitiba, e do Ofício nº 034/2016-SEPLAD-AD de 09 de março de 2016, solicitou à Secretaria Municipal do Urbanismo e à Secretaria Municipal de Finanças a publicação em Diário Oficial do Município, de Portaria Conjunta estabelecendo condições para emissão e oferta da 2ª Distribuição Pública de CEPAC da Operação Urbana Consorciada Linha Verde. Em 22 de abril de 2016 foi publicada, no Diário Oficial Eletrônico – Atos do Município de Curitiba nº 75 – Ano V, a Portaria Conjunta nº 1/2016 que estabelece condições para a emissão e oferta pública de CEPAC da 2ª Distribuição Pública de CEPAC da Operação Urbana Consorciada Linha Verde, conforme disposições do Art. 4º do Decreto Municipal nº 134/2012 e do Art. 3º do Decreto Municipal nº 174/2012. O Ofício nº 034/2016 – SEPLAD-AD e a Portaria Conjunta nº 1/2016 encontram-se nos Anexos V e VI desse Suplemento ao Prospecto.

Ato Deliberativo que aprovou a realização do 3º Leilão da 2ª Distribuição Pública de CEPAC

A Comissão Executiva do Programa de Intervenções da Operação Urbana Consorciada Linha Verde (CEOUC-LV) na 10ª Reunião Ordinária, em 11/04/2018 deliberou pela realização do 3º Leilão da 2ª Distribuição Pública de CEPAC ofertando a quantidade de 30.000 (trinta mil) CEPAC com valor mínimo de R\$ 336,00, sendo o valor total do 3º Leilão de R\$ 10.080.000,00. Em 11/04/2018 o Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Linha Verde (GGOUCLV) na 2ª Reunião Extraordinária tomou ciência e não apresentou objeção às deliberações da CEOUC-LV.

Em 18 de abril de 2018 foi publicado no Diário Oficial Eletrônico – Atos do Município de Curitiba nº 72 – Ano VII, a Portaria Conjunta nº 1/2018 que autoriza e estabelece condições para a realização do 3º Leilão da 2ª Distribuição Pública de CEPAC da OUC-LV, conforme disposições do Art. 4º do Decreto Municipal nº 134/2012.

Relacionamento com o Coordenador Líder da Oferta

O Banco do Brasil S.A. e seu conglomerado não prestaram e nem prestam, atualmente, qualquer tipo de financiamento à Operação Urbana Consorciada Linha Verde. O BB - Banco de Investimento S.A. (Banco Coordenador da Oferta), mantém relacionamento com a Emissora, na qualidade de banco coordenador das ofertas públicas de CEPAC da Operação Urbana Consorciada atualmente vigente, conforme autorizada pela CVM.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUPLEMENTO Nº 1



O Banco do Brasil S.A. manteve e mantém, relacionamento comercial com a Emissora, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, destacando-se: serviços de administração da folha de pagamento de servidores municipais, de concessão de crédito consignado, de arrecadação bancária de tributos, fechamento de contratos de câmbio, pagamento de programas sociais.

Além do relacionamento acima, o Banco do Brasil S.A., foi contratado para prestação dos serviços de escrituração dos CEPAC da Operação Urbana Consorciada da Emissora, bem como, para a prestação de serviços bancários com as Empresas Públicas Municipais. Para maiores informações, vide item "RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES", página 9 do Suplemento ao Prospecto.

Identificação do Público-Alvo, Preço e Montante da Distribuição

Não existe destinação de parcela da 2ª Distribuição a investidores específicos, e não será imposta qualquer restrição a interessados. Salvo as situações previstas nos Fatores de Risco do Prospecto e no Suplemento, não há qualquer inadequação do investimento em CEPAC, a qualquer tipo de investidor.

Nenhum CEPAC poderá ser alienado pela Emissora por valor inferior a R\$ 200,00. Referido valor mínimo tendo sido revisto e reajustado pelo IPPUC em cada uma das distribuições públicas de CEPAC da Operação Urbana Consorciada Linha Verde, conforme previsto no §2º do Art. 14, da Lei nº 13.909, de 19 de dezembro de 2011.

Para a 2ª Distribuição Pública, a Comissão Executiva da Operação urbana Consorciada Linha Verde deliberou pelo reajuste do Valor Unitário Mínimo do CEPAC tomando por base o valor alcançado pelo título no último leilão da 1ª Distribuição pública, de R\$325,00, bem como considerando-se a atualização do Estudo de Viabilidade Econômico-financeira da Operação Urbana Consorciada Linha Verde. De acordo com os referidos procedimentos, o Valor Mínimo Unitário do CEPAC para o primeiro leilão da 2ª Distribuição será de R\$ 336,00 (trezentos e trinta e seis reais).

O valor do lance mínimo a ser oferecido nos leilões da 2ª Distribuição poderá ser igualmente revisto pela Comissão Executiva da Operação Urbana Consorciada Linha Verde, no sentido de melhor adequá-lo aos parâmetros econômicos vigentes à época de cada leilão, respeitados os trâmites previstos em lei.

Cotação dos CEPAC na B3

Não há cotação atualizada diariamente em mercado organizado de valor mobiliário dos CEPAC e as negociações no mercado secundário não constituem base de dados expressiva que pudessem traduzir cotações consistentes, nesse sentido, vide "Fatores de Risco dos CEPAC", "Risco de Liquidez", página 54 do Prospecto. Em 05/07/2017 a cotação do título era de R\$ 380,00, valor esse que expressa a última negociação realizada. Apesar de não constituírem base de dados expressiva, foram disponibilizadas as tabelas abaixo apresentadas, preparadas segundo os dados disponíveis no banco de dados do mercado de balcão da B3, as quais se referem aos valores de oferta do CEPAC ao longo da Operação Urbana Consorciada Linha Verde.

(i) Nos últimos 4 anos (Por ano – Em R\$):

Cotação	2014	2015	2016	2017
Mínima	325.00	325.00	390.00	380.00
Média	325.00	369.43	390.00	385.00
Máxima	325.00	390.00	390.00	390.00

(ii) Nos últimos 2 anos (Por trimestre – Em R\$):

Cotação	1T2016	2T2016	3T2016	4T2016
Mínima	Sem negociação	Sem negociação	Sem negociação	Sem negociação
Média	Sem negociação	Sem negociação	Sem negociação	Sem negociação
Máxima	Sem negociação	Sem negociação	Sem negociação	Sem negociação
Cotação	1T2017	2T2017	3T2017	4T2017
Mínima	Sem negociação	Sem negociação	380.00	Sem negociação
Média	Sem negociação	Sem negociação	380.00	Sem negociação
Máxima	Sem negociação	Sem negociação	380.00	Sem negociação

**DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1**

(iii) Nos últimos 6 meses (Por mês – Em R\$)

Cotação	Nov-17	Dez-17	Jan-18	Fev-18	Mar-18	Abr-18
Mínima	Sem negociação					
Média	Sem negociação					
Máxima	Sem negociação					

Fonte: www.bmfbovespa.com.br. "Acompanhe o pregão", no campo "Cotação" informar o ticker CTBA11B, em "Oscilação" clicar no ícone à direita, na tela seguinte selecionar "Histórico de Cotações", depois em "Resumo Mensal de Negócios", clicar na caixa "Histórico" e selecionar o ano.

Na oferta pública realizada em 30/06/2016 - 1º Leilão da 2ª Distribuição - os 6.750 CEPAC colocados foram comprados ao preço mínimo oferecido pela Emissora, de R\$ 336,00 (trezentos e trinta e seis reais).

Na oferta pública realizada em 20/09/2017 - 2º Leilão da 2ª Distribuição - os 7.619 CEPAC colocados foram comprados ao preço mínimo oferecido pela Emissora, de R\$ 336,00 (trezentos e trinta e seis reais).

Cronograma Estimado das Etapas da Distribuição Pública

Abaixo apresentamos um cronograma estimado das etapas da 2ª Distribuição Pública:

DATAS ESTIMADAS	CRONOGRAMA INDICATIVO DA OFERTA
23/05/2016	Disponibilização do Suplemento Definitivo
03/06/2016	Disponibilização do Anúncio de Início da 2ª Distribuição com logo das Corretoras
18/04/2018	Disponibilização do Edital do 3º Leilão da 2ª Distribuição
14/05/2018	Realização do 3º Leilão da 2ª distribuição
17/05/2018	Liquidação Financeira do 3º Leilão
23/05/2018	Data Limite para disponibilização do Anúncio de Encerramento da 2ª Distribuição

Qualquer modificação no Cronograma acima será comunicada à CVM e poderá ser analisada como Modificação da Oferta, conforme art. 25 e 27 da instrução CVM 400.

Da Suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta

Nos termos do art. 19 da Instrução CVM 400, a CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma Oferta, tal qual a dos CEPAC, que (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro, ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM, ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro. A CVM deverá ainda suspender qualquer Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

A suspensão ou modificação ou o cancelamento da Oferta serão informados aos interessados em adquirir os CEPAC que já tenham aderido à Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os interessados em adquirir CEPAC que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e aqueles que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima terão direito à restituição integral dos valores dados em Contrapartida aos CEPAC, conforme o disposto no parágrafo único do art. 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 10 (dez) dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária. A Emissora, em conjunto com o Banco Coordenador da Oferta, poderá requerer que a CVM autorize a modificação ou revogação da Oferta, caso ocorram alterações substanciais, posteriores e imprevisíveis nas circunstâncias inerentes à Oferta existentes na data do pedido de registro da Oferta na CVM, que resultem em aumento relevante dos riscos assumidos pela Prefeitura, nos termos do art. 25 da Instrução CVM 400.

Adicionalmente, a Emissora, em conjunto com o Banco Coordenador da Oferta, podem, a qualquer tempo, modificar a Oferta com vistas a melhorar os seus termos e condições em favor daqueles que tiverem interesse em adquirir CEPAC, nos termos do art. 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400/03. Se a Oferta for revogada, os atos de aceitação anteriores ou posteriores à revogação serão considerados ineficazes. A revogação ou qualquer modificação na Oferta deverá ser imediatamente comunicada aos investidores, e divulgada por meio de Anúncio de Retificação a ser publicado no Diário Oficial da Cidade de Curitiba, ao menos mesmos veículos a serem utilizados para publicação para a divulgação da Oferta, de acordo com o art. 27 da Instrução CVM 400/03.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUPLEMENTO Nº 1



O Banco Coordenador da Oferta deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento da aceitação da Oferta de que o Proponente está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimentos das novas condições. A revogação ou qualquer outra modificação torna ineficaz a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, motivo pelo qual deverão ser restituídos integralmente no prazo de 10 (dez) dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária, àqueles que pretendiam adquirir CEPAC, bens ou direitos dados em contrapartida aos CEPAC distribuídos, nos termos do art. 26 da Instrução CVM 400/03.

Na hipótese prevista acima, os Interessados que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

Declaração de inadequação do investimento

Este investimento é adequado a todos os tipos de investidores.

Contrato de Distribuição

Observadas as condições previstas no contrato firmado com a Prefeitura, o Banco Coordenador fará a colocação de CEPAC em regime de melhores esforços.

Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Banco Coordenador, com expressa anuência da Prefeitura, organizará plano de distribuição, o qual poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, nos termos previstos no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400/03.

Se, ao final do prazo de colocação das distribuições, os CEPAC objeto de melhores esforços não tiverem sido totalmente colocados, nem a Emissora, nem o Banco Coordenador terão a obrigação de adquirir os CEPAC remanescentes.

A colocação pública de CEPAC somente terá início após a concessão do registro de distribuição pela CVM, a disponibilização do Prospecto e do Suplemento aos investidores e a publicação do Anúncio de Início de distribuição dos CEPAC, sendo que tal disponibilização e publicação deverão ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias da obtenção do registro, sob pena de caducidade do mesmo, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 400/03.

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez dos CEPAC.

O Banco Coordenador deverá assessorar a Prefeitura no que for necessário para a realização da distribuição pública dos CEPAC, bem como no cumprimento de leis e regulamentos referentes às informações que devem constar no Prospecto e no Suplemento ao Prospecto, dentre outras a seguir listamos as obrigações principais:

Demonstrativo do Custo da Distribuição Pública

O custo estimado da oferta pública de distribuição é de R\$ 14.646.407,25, conforme tabela abaixo, corresponde ao custo unitário de distribuição de R\$ 8,736 por CEPAC, equivalente a porcentagem de 2,60% em relação ao Valor Mínimo Unitário atualizado do CEPAC.

Demonstrativo do Custo da Distribuição	%
Porcentagem em relação ao preço unitário de distribuição	2,60%
Comissão de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública	0,94%
Comissão de Garantia de Subscrição	0,07%
Outras Comissões (Agente Fiscalizador);	0,83%
Custo Unitário de Distribuição	R\$ 8,736
Despesas decorrentes do Registro	0,32%
Outros custos relacionados	0,44%



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUPLEMENTO Nº 1



Quantidade de CEPAC (2ª Distribuição)	1.675.585 CEPAC
Custo Unitário (R\$)	R\$ 336,00
Percentual (%) sobre Valor Unitário Mínimo	2,60%

Os demais custos e despesas relacionados à realização das obras e projetos de cada uma das Intervenções da 2ª Distribuição encontram-se discriminados no item “Características da 2ª Distribuição de CEPAC da Operação Urbana Consorciada Linha Verde” do Suplemento ao Prospecto. A maioria desses custos é calculada em percentual sobre o valor total captado, tendo sido estimado pela Emissora o percentual de 97,4% (noventa e sete vírgula quatro por cento) sobre o montante total arrecadado.

FATORES DE RISCO DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA LINHA VERDE

Antes de tomar uma decisão de investimento, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis do Suplemento ao Prospecto e no Prospecto da Operação Urbana Consorciada Linha Verde e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos a seguir.

Fatores de Risco de Natureza Jurídica

Em tese, podem ocorrer demandas judiciais que impeçam a distribuição e a utilização de CEPAC e/ou atividades vinculadas aos mesmos, mesmo após terem sido arrematados em leilão.

A Operação Urbana Consorciada está relacionada a diversos contratos administrativos, muitas vezes com vários aditivos, podendo ocasionar a possibilidade de questionamentos administrativos, inclusive do Tribunal de Contas do Estado, ou judiciais quanto à regularidade dos mesmos, possibilidade essa que pode, inclusive, gerar embargo e suspensão de obras em andamento, gerando efeitos negativos na valorização dos CEPAC.

Na hipótese de a Operação Urbana ser declarada nula ou de ocorrer mudança na legislação urbanística que impeça a utilização dos CEPAC, os investidores adquirentes de CEPAC que não os vincularam a um terreno ou obra terão que ser indenizados pela Prefeitura, e, para isso, poderão ser obrigados a mover ações judiciais cujo pagamento estará sujeito aos trâmites de precatórios contra o Município de Curitiba.

FATORES DE RISCOS MACROECONÔMICOS

A valorização dos CEPAC está diretamente relacionada ao preço dos imóveis praticado no âmbito da Operação Urbana Consorciada Linha Verde. Eventuais modificações na conjuntura econômica que afetem o mercado imobiliário podem afetar a demanda por CEPAC e o seu respectivo valor.

Frequentemente, o Governo Brasileiro intervém na economia do País, realizando, ocasionalmente, mudanças drásticas e repentinas nas suas políticas. As medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido alterações nas taxas de juros, desvalorização na moeda, controle de câmbio, tarifas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como algumas condições macroeconômicas, causaram efeitos significativos na economia brasileira, assim como nos mercados financeiro, de capitais e imobiliário.

Adicionalmente, não há como prever por quanto tempo serão mantidas as atuais diretrizes das políticas econômica e monetária implementadas pelo atual Governo Federal.

A adoção de medidas, pelo Governo Federal, que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios imobiliários e os investimentos em CEPAC.

FATORES DE RISCO SETORIAIS

O mercado imobiliário está sujeito a oscilações significativas de preços. Uma eventual desvalorização do mercado imobiliário poderá afetar a demanda por CEPAC e, conseqüentemente, seu valor.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUPLEMENTO Nº 1



Além de fatores externos, como os vistos acima, outros fatores intrínsecos ao setor imobiliário podem gerar-lhe oscilações, tais como alterações na legislação específica, criação ou alteração de leis sobre meio ambiente, ou medidas que afetem a escassez de financiamentos à habitação.

Risco de Regulamentação Específica e Meio Ambiente

O setor imobiliário brasileiro está sujeito à extensa regulamentação sobre construção e zoneamento, que emana de diversas autoridades federais, estaduais e municipais e que afeta as atividades de aquisição de terrenos, incorporações e construções. O setor está sujeito também à regulamentação sobre crédito e proteção ao consumidor. As empresas que atuam no ramo imobiliário são obrigadas a obter aprovação de diversas autoridades governamentais para suas atividades de incorporação, construção e comercialização, havendo a possibilidade de serem adotados novos regulamentos ou promulgadas novas leis, ou as leis ou os regulamentos serem interpretados de tal sorte a afetarem os resultados das operações dessas empresas.

As atividades das empresas do ramo também estão sujeitas à legislação e regulamentação brasileira federal, estadual e municipal do meio ambiente. Caso ocorra alteração na regulamentação relativa ao setor imobiliário, inclusive na regulamentação sobre o meio ambiente, as atividades e os resultados dessas empresas poderão ser afetados de maneira adversa. Tal cenário sugere oscilação para baixo dos preços praticados no mercado imobiliário, que, se ocorrer, poderá afetar a demanda por CEPAC e, conseqüentemente, seu valor.

A Prefeitura obteve, inicialmente, Licença Ambiental Prévia, tendo sido concedido prazo para apresentação de documentos complementares. Essa necessidade de complementação, todavia, não prejudicou ou comprometeu a análise técnica que apontou a viabilidade ambiental da Operação Urbana Consorciada Linha Verde, nos termos da Licença Prévia 12000027 de 12 de março de 2012. Posteriormente, em 11 de abril de 2012, os documentos complementares definidos na Licença Prévia foram entregues, sob protocolo nº 04-013328/2012, respeitando o prazo concedido para a apresentação destes. Sendo assim, as condições definidas na Licença Prévia foram, a princípio, atendidas.

A Licença Ambiental inicialmente concedida foi válida até 12 de março de 2014. Referido prazo de validade da Licença Prévia, se baseia em uma especificidade da legislação ambiental do Município de Curitiba: de acordo com o artigo 20 do Decreto Municipal nº 1.819, de 22 de novembro de 2011, “que regulamenta os artigos 7º e 9º da Lei Municipal nº 7.833 de 19 de dezembro de 1991, trata do Sistema de Licenciamento Ambiental no Município de Curitiba e dá outras providências”, as Licenças Prévias podem ser concedidas com prazo máximo de validade de até 2 anos.

Após o vencimento foi iniciado novo processo de licenciamento. Em 29 de janeiro de 2015 a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba emitiu nova Licença Ambiental Prévia da Operação Urbana Consorciada Linha Verde sob o nº LP - 15000010 com validade até 28 de janeiro de 2017.

Em novembro de 2016 foi solicitado junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMMA emissão de nova Licença Prévia (LP) da Operação Urbana Consorciada Linha Verde (OUC LV). Após a solicitação, em 12 de dezembro de 2016, foi emitido pela SMMA a nova Licença Ambiental Prévia da OUC LV, sob o no LP 16000100 com validade até 12 de dezembro de 2018.

Em função da natureza e magnitude da Operação Urbana Consorciada Linha Verde, cuja implantação será feita ao longo das próximas décadas, a continuidade do licenciamento ambiental deverá considerar o processo de consolidação da Operação.

Quanto ao licenciamento das obras previstas no Programa de Intervenção, o mesmo se dará de forma individualizada por meio da emissão das Licenças Ambientais para cada uma delas, fazendo referência à LP da Operação Urbana Consorciada vigente.

Essa necessidade de emissão de novas licenças configura um risco para os investidores, na medida em que em novos licenciamentos, ou no caso de mudança da legislação, poderão ser impostos requisitos atualmente não previstos.

Risco de Financiamento Imobiliário

Os diferentes tipos de financiamentos bancários obtidos pelos consumidores para compra de imóveis possuem como principal fonte o SFH, financiado com recursos captados por meio dos depósitos em caderneta de poupança. Com frequência, o CMN altera o limite dos bancos de dispor desses recursos para fins de financiamento imobiliários.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUPLEMENTO Nº 1



Assim, caso o CMN restrinja o limite de disponibilidade das instituições financeiras destinado a financiar compra de imóveis, o volume de vendas das empresas do setor poderá diminuir, afetando, assim, a demanda por unidades habitacionais, por CEPAC e, conseqüentemente, seu valor.

Risco de Valorização

Historicamente, a execução de Intervenções e obras públicas em geral acarreta em significativa valorização do mercado imobiliário da região da Intervenção.

Não há, porém, garantia que as Intervenções no âmbito da Operação Urbana Consorciada Linha Verde gerarão valorização imobiliária na Área de Intervenção Urbana da referida operação. Como a valorização dos CEPAC está atrelada, entre outros fatores, à valorização imobiliária da região a que se referem, também não há garantia de valorização dos CEPAC.

FATORES DE RISCO DA EMISSORA

Riscos Políticos

O Município de Curitiba possui um Plano Diretor estabelecido pela Lei Municipal nº 2.828, de 10 de agosto de 1966, adequado ao Estatuto da Cidade pela Lei Municipal nº 11.266, de 16 de dezembro de 2004 e revisado pela Lei Municipal nº 14.771 de 17 de dezembro de 2015, que autoriza expressamente a emissão de CEPAC pelo município para financiamento das intervenções no âmbito de Operações Urbanas Consorciadas.

A Operação Urbana Consorciada Linha Verde criada pela Lei Municipal nº 13.909 de 19 de dezembro de 2011, com a redação dada pela Lei 14.773 de 17 de dezembro de 2015, está expressamente prevista no Plano Diretor.

Quaisquer leis, federais, estaduais, ou municipais, estão sujeitas a modificações por outras leis, ou podem ser revogadas, expressa ou tacitamente, mediante iniciativa do Poder Legislativo e sanção do Poder Executivo.

São possíveis alterações legislativas que tragam mudanças em relação à prioridade das Intervenções executadas, ou, ainda, modificações de coeficientes ou de valores básicos de imóveis em quaisquer áreas do Município, que, portanto, alterem o cenário considerado pelo investidor no momento da aquisição dos CEPAC, apostando na valorização da área e de seus títulos.

Não existe garantia de manutenção das características da Operação Urbana Consorciada Linha Verde, ainda que definidas em legislação específica, pois esta poderá ser modificada a qualquer tempo, observados os trâmites legais.

Risco de Alteração da Política de Investimentos

O governo municipal poderá eleger outras regiões de Curitiba como prioritárias para o desenvolvimento urbano, e estabelecer políticas que venham a retardar ou paralisar a implementação das Intervenções na Operação Urbana Consorciada Linha Verde.

Portanto, algumas ou todas as Intervenções previstas na Operação Urbana Consorciada Linha Verde que ainda não tenham sido objeto de emissão de CEPAC poderão sofrer modificações, ser substituídas, ou simplesmente não se realizar.

O estabelecimento, pela Prefeitura, de políticas mais favoráveis ao mercado imobiliário de outras regiões do Município de Curitiba, pode afetar o crescimento e o interesse imobiliário na região abrangida pela Operação Urbana Consorciada Linha Verde e, portanto, a valorização dos CEPAC.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUPLEMENTO Nº 1



FATORES DE RISCO DOS CEPAC

Risco de Inovação

Os CEPAC constituem uma modalidade de investimento introduzida no mercado de valores mobiliários brasileiro há mais de dez anos, que não constitui crédito contra seu emissor, não estando, portanto, sujeitos a rendimento pré-determinado ou resgate, e que ainda não tiveram sua utilização disseminada e difundida amplamente. Tais aspectos podem resultar em uma dificuldade maior de aceitação dos CEPAC se comparados a outras modalidades de investimento disponíveis no mercado de valores mobiliários, ou com outros ativos disponíveis para investimento.

Além de ser um título financeiro novo, em um mercado de valores mobiliários ainda pouco conhecido pela maioria da população, possui caráter peculiar, pois não tem data de vencimento e não pode ser resgatado por quem os emitiu.

Risco de Liquidez

O mercado secundário de CEPAC ainda é incipiente, conseqüentemente, histórico de negociação desses títulos é pequeno. Não há como prever quais serão as movimentações futuras de compra e venda de CEPAC no mercado secundário.

Caso os titulares de CEPAC desejem desfazer-se de seu investimento, não há garantia de que poderão obter o mesmo valor quando vendê-los no mercado secundário.

Existe a possibilidade de ser obrigados a oferecer descontos substanciais para vendê-los, realizando uma perda de parte do seu investimento.

Todavia como são valores negociáveis em mercado de Balcão Organizado, seu preço pode aumentar ou diminuir, dependendo de aspectos relacionados não apenas com a situação do mercado imobiliário, mas também das condições do mercado financeiro em geral.

Risco de Inexistência de Garantia de Financiamento da Intervenção

Não existe garantia de que haverá interesse do mercado em adquirir todos os CEPAC necessários para o financiamento das Intervenções.

Caso não haja procura para os CEPAC e, portanto, não haja recursos suficientes para o término das Intervenções, o Município de Curitiba não tem a obrigação de adquirir os CEPAC remanescentes, ou utilizar recursos próprios para fazer os pagamentos futuros.

Além disso, não existe, por parte do Banco Coordenador, garantia firme de colocação dos CEPAC. Assim sendo, caso não haja a colocação dos CEPAC nos montantes ofertados, o Banco Coordenador não tem a obrigação de adquirir os CEPAC remanescentes, ou utilizar recursos próprios para fazer os pagamentos futuros.

Com isso, nada assegura que a Prefeitura conseguirá emitir tantos CEPAC quanto necessários para a realização de qualquer Intervenção no âmbito da Operação Urbana Consorciada Linha Verde e que a Prefeitura complemente o custeio de qualquer Intervenção, o que pode resultar em uma valorização menor que a projetada na respectiva área de Intervenção Urbana, podendo impactar os CEPAC.

Risco de Descasamento de Fluxos

Não há como prever se o fluxo de recursos captados com as emissões de CEPAC será compatível com os cronogramas físico-financeiros das Intervenções urbanísticas programadas. Assim, caso ocorra o descasamento de fluxos, os valores orçados para as Intervenções urbanísticas poderão sofrer incrementos de valor, inviabilizando sua finalização.

Risco de Limites de CEPAC

A Operação Urbana Consorciada Linha Verde é dividida em 3 (Três) setores com distribuição distinta de área construída adicional. Uma vez atingido o limite de um determinado Setor, os titulares de CEPAC somente poderão utilizá-los nos setores remanescentes, sempre dentro do perímetro abrangido pela Operação Urbana Consorciada Linha Verde.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUPLEMENTO Nº 1



Assim, quanto maior for o tempo para exercício dos direitos assegurados pelos CEPAC, maior o risco de se esgotarem as possibilidades de uso de CEPAC em determinado setor da Operação Urbana Consorciada Linha Verde, restando, porém, garantia de utilização dos títulos no perímetro da operação.

Risco de Suspensão, Cancelamento, Revogação ou Modificação da Oferta

Nos termos do art. 19 da Instrução CVM 400, a CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma Oferta que (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro, ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação CVM, ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro. A CVM deverá, ainda, suspender qualquer Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. A suspensão, modificação, ou o cancelamento da Oferta serão informados aos interessados em adquirir os CEPAC que já tenham aderido à Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os interessados em adquirir CEPAC que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e aqueles que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima terão direito à restituição integral dos valores dados em Contrapartida aos CEPAC, conforme o disposto no parágrafo único do art. 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária. A Prefeitura Municipal de Curitiba, em conjunto com o Banco Coordenador, pode requerer que a CVM autorize a modificação ou revogação da Oferta, caso ocorram alterações substanciais, posteriores e imprevisíveis nas circunstâncias inerentes à Oferta, inexistente na data do pedido de registro da Oferta na CVM, que resultem em aumento relevante dos riscos assumidos pela PMC, nos termos do art.25 da Instrução CVM 400. Adicionalmente, a PMC, em conjunto com o Banco Coordenador, pode modificar a qualquer tempo a Oferta, com vistas a melhorar os seus termos e condições em favor daqueles que possuem interesse em adquirir CEPAC, nos termos do art. 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400. Se a Oferta for revogada, os atos de aceitação anteriores ou posteriores à revogação serão considerados ineficazes. A revogação ou qualquer modificação na Oferta deverá ser imediatamente comunicada aos investidores, e divulgada por meio de Anúncio de Retificação a ser publicado no Diário Oficial do Município de Curitiba e em jornais de grande circulação, mesmos veículos a serem utilizados para publicação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, de acordo com o art. 27 da Instrução CVM 400. O Banco Coordenador deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento da aceitação da Oferta de que o Proponente está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimentos das novas condições. A revogação ou qualquer outra modificação torna ineficaz a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, motivo pelo qual deverão ser restituídos integralmente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária, àqueles que pretendiam adquirir CEPAC, bens ou direitos dados em contrapartida aos CEPAC distribuídos, nos termos do art. 26 da Instrução CVM 400. Na hipótese prevista acima, os Interessados que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

FATORES DE RISCO DE NATUREZA POLÍTICA

Risco de Modificação da Legislação

O Estatuto da Cidade é uma norma de ordem pública, sancionada em 10 de julho de 2.001, que regulamenta o artigo 182 da Constituição Federal de 1988.

O Estatuto da Cidade assegura aos Municípios o direito de fixar coeficientes de construção e usos permitidos e, ao mesmo tempo, outorgar, onerosamente, um direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico existente ou de alteração do uso do solo. Também permite a criação de Operações Urbanas Consorciadas por meio de leis específicas, e o financiamento das Intervenções por meio da emissão de CEPAC.

Neste contexto não se pode olvidar que quaisquer leis, federais ou municipais, estão sujeitas a modificações por outras leis, ou podem ser revogadas, expressa ou tacitamente, mediante iniciativa do Poder Legislativo e sanção do Poder Executivo e impactar negativamente a valorização, negociabilidade e validade dos CEPAC.

Qualquer alteração na legislação que disciplina os CEPAC, poderá acarretar em prejuízo para os investidores.

Quaisquer leis, federais ou municipais, estão sujeitas a modificações por outras leis, ou podem ser revogadas, expressa ou tacitamente, mediante iniciativa do Poder Legislativo e sanção do Poder Executivo e impactar negativamente a valorização, negociabilidade e validade dos CEPAC.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUPLEMENTO Nº 1



Risco de Modificação do Valor Venal

Nos termos da legislação do Município de Curitiba, para terrenos não abrangidos pela Operação Urbana Consorciada Linha Verde, a única maneira de se adquirir direitos urbanísticos adicionais é por meio de outorga onerosa, cujo valor é calculado considerando-se o valor de avaliação de imóveis para fins do Imposto de Transmissão de Bens Intervivos - ITBI, cuja metodologia de apuração do imposto está prevista na Lei Complementar Municipal n.º 40 de 18 de dezembro de 2001, conforme disposições do seu Art. 49:

Artigo 49 - A base impositível do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos.

Parágrafo Único - O valor venal será determinado pela administração, mediante avaliação procedida por profissional habilitado, o qual observará, para tanto, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, relativas à avaliação de imóveis."

A Planta Genérica de Valores do Município de Curitiba e do lançamento e cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, em função da Lei Complementar n.º 91 de 23 de dezembro de 2014, que: “*Aprova a Planta Genérica de Valores Imobiliários – PGV para efeitos de lançamento e cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU relativo ao ano 2015, que altera dispositivos da Lei Complementar n.º 40, de 18 de dezembro de 2001 e dá outras providências*”, bem como os decretos que regulamentam o tema, como, por exemplo, o Decreto n.º 1392 de 22 de dezembro de 2014 e o Decreto 1393 de 29 de dezembro de 2014 que “*Aprova o regulamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, estabelecendo os critérios de cálculo do valor dos imóveis do Município de Curitiba.*”, podem vir a ser modificados futuramente.

No estudo de viabilidade econômica há várias comparações entre os valores dos imóveis, acrescidos da respectiva contrapartida financeira, entre áreas abrangidas e não abrangidas pela Operação Urbana Consorciada Linha Verde. As conclusões ali apresentadas dependem da manutenção dos valores adotados para sua elaboração.

Assim, qualquer modificação no cálculo do Valor do Índice Fiscal do imóvel pode tornar mais vantajoso, sob o ponto de vista econômico, executar empreendimento imobiliário em lote fora da Operação Urbana Consorciada.

No Estudo de Viabilidade Econômica há várias comparações entre os valores dos terrenos, acrescidos da respectiva contrapartida financeira, entre áreas abrangidas e não abrangidas pela Operação Urbana Consorciada Linha Verde. As conclusões ali apresentadas dependem da manutenção dos Índices Fiscais atuais.

FATORES DE RISCO DAS INTERVENÇÕES

As intervenções, especialmente as obras, projetos e desapropriações, podem ser alteradas e até não serem realizadas por razões de ordem política, econômica, técnica, ambiental, urbanística, social ou jurídica. As obras e projetos podem ser modificados por alterações nas políticas públicas da Prefeitura, do Governo do Estado ou do Governo Federal, obrigando a adaptação das intervenções previstas.

Razões de ordem econômica podem exigir a modificação das intervenções, quando os custos efetivos demonstrarem ser muito superiores aos previstos na distribuição, como, por exemplo, a avaliação judicial de um imóvel for muito superior à avaliação administrativa, podendo levar até a desistência desta desapropriação.

As obras e projetos podem ser alterados por razões de ordem técnica de engenharia, geológica, hidrológica, etc., como, por exemplo, a necessidade de alteração do método construtivo de uma obra em razão do solo existente.

As intervenções podem ser modificadas ou canceladas por razões de ordem ambiental, especialmente porque cada intervenção precisa de licença ambiental específica, que pode não ser concedida ou então exigir alterações ou, ainda, exigir compensações para aprovação de sua execução.

Como a cidade de Curitiba, inclusive a região da Operação Urbana Linha Verde, encontra-se em constante transformação, questões de ordem urbanística podem demandar alterações nas intervenções.

Decisões judiciais podem impedir a execução de alguma intervenção ou retardá-la ou, ainda, exigir alteração de projeto, bem como pode aumentar os valores previstos para a desapropriação.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUPLEMENTO Nº 1



Por fim, é importante ressaltar que os valores constantes nas distribuições são estimativos e podem sofrer alterações significativas pelas razões apresentadas neste tópico, bem como pela flutuação dos preços.

FATORES DE RISCO DOS ESTUDOS DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Os Estudos de Viabilidade Econômica (vide Anexo II do Prospecto) vêm embasados com dados e levantamentos de diversas fontes. No entanto, cumpre destacar que quando se realizam estudos de viabilidade, as premissas e parâmetros utilizados podem trazer como resultado diferentes valores de CEPAC. Desta forma, os valores de CEPAC obtidos nos estudos realizados, podem não trazer resultados compatíveis com outros estudos que algum interessado possa realizar.

FATORES DE RISCO DA 2ª DISTRIBUIÇÃO

Risco quanto ao Custo Estimativo das Intervenções

O valor total de recursos previsto para captação na 2ª Distribuição é baseado num orçamento estimativo do custo total de todas as Intervenções restantes para finalização do Programa de Intervenções previsto. Além do custo estimado de realização das obras, o orçamento foi acrescido das despesas estimadas com a elaboração de projetos, estudos, desapropriações e demais providências necessárias para sua realização.

Para as Intervenções já em curso, o custo das Intervenções a ser considerado engloba os valores de obras e atividades previstas e já efetuadas, porém ainda não pagas, bem como os custos das obras e atividades previstas e ainda a ser efetuadas. O orçamento das obras, projetos e desapropriações foram efetuados considerando-se os valores praticados em 2015, contudo, o prazo indicado como estimado para a realização das obras só se inicia após a sua efetiva contratação com os prestadores de serviço vencedores de processo licitatório específico, assim, em vista da instabilidade política e econômica vivida atualmente pela economia brasileira e o risco de inflação, o custo final das referidas despesas poderá ser significativamente superior à estimativa de orçamento apresentada e, como consequência, os recursos captados poderão ser insuficientes para o custeio de todas as Intervenções.

Risco quanto as Desapropriações

Os valores das desapropriações considerados para fins de composição do custo da 2ª Distribuição são baseados em avaliações realizadas pela própria Prefeitura, estando sujeitas a discussão judicial. Para alguns desses casos, estão orçados valores destinados ao pagamento de remanescentes das desapropriações já anteriormente realizadas, tendo em vista a existência de diferenças apuradas entre o valor dos imóveis calculados e o eventual valor de mercado dos imóveis desapropriados apurado em laudo judicial.

Risco quanto aos Custos de Distribuição

Adicionalmente, o Valor da Distribuição está composto pelas despesas relativas: (i) ao custo de gerenciamento de obras e coordenação da Operação Urbana Consorciada Linha Verde devidas; (ii) aos serviços de fiscalização da aplicação dos recursos, devidos ao Agente Fiscalizador; (iii) à distribuição dos CEPAC, devida ao Banco Coordenador; (iv) à escrituração devida ao Banco Escriturador e (v) às taxas e aos emolumentos devidos por ocasião do registro e liquidação da Oferta aos demais agentes (CVM, B3, etc.). A maioria desses custos é calculada em percentual sobre o valor total captado, tendo sido estimado pela Emissora o percentual de 2,6% (dois vírgula seis por cento) sobre o montante total arrecadado.

Tendo em vista que: (i) o financiamento das Intervenções da 2ª Distribuição será feito prioritariamente com os recursos obtidos com a alienação de CEPAC em leilão público; (ii) não existe garantia de que haverá interesse do mercado em adquirir todos os CEPAC que serão ofertados; e (iii) os custos efetivos das Intervenções da 2ª Distribuição podem ser maiores que os considerados para a determinação do Valor da Distribuição, pode ocorrer que o montante arrecadado com a colocação de CEPAC seja insuficiente para financiar, integralmente, os custos efetivos das Intervenções da 2ª Distribuição.

Risco quanto a Inexistência de Garantia Firme de Colocação

Não existe, por parte do Banco Coordenador, garantia firme de colocação dos CEPAC. Assim sendo, caso não haja a colocação dos CEPAC nos montantes ofertados, o Banco Coordenador não tem a obrigação de adquirir os CEPAC remanescentes, ou utilizar recursos próprios para fazer os pagamentos futuros.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUPLEMENTO Nº 1



Risco de Insuficiência de Recursos

Com isso, apesar de possuírem os adquirentes de CEPAC o direito de utilizar os benefícios conferidos a cada título (Direitos Urbanísticos Adicionais), conforme descrito no Prospecto, nada assegura que a Prefeitura conseguirá implementar as Intervenções da 2ª Distribuição, o que pode resultar em uma valorização menor que a projetada na respectiva Área de Intervenção Urbana, e/ou afetar o valor dos CEPAC adquiridos em eventual negociação no mercado secundário.

Finalmente, não há como prever se o fluxo de recursos captados com os leilões de CEPAC será compatível com os cronogramas físico-financeiros das Intervenções da 2ª Distribuição. Assim, caso ocorra o descasamento de fluxos, os custos estimados e/ou os prazos de execução poderão sofrer modificações substanciais.

Nesse sentido, os investidores devem considerar que os recursos captados na 1ª Distribuição Pública de CEPAC da Operação Urbana Consorciada Linha Verde foram insuficientes para custear a totalidade dos custos incorridos com as Intervenções previstas no respectivo Suplemento.

Os fatores de risco indicados acima devem ser lidos em conjunto com os Fatores de Risco constantes do Suplemento ao Prospecto e do Prospecto.

As instituições participantes do leilão (instituições credenciadas no Mercado de Balcão Organizado da B3) deverão providenciar junto aos seus clientes ou aos adquirentes dos CEPAC a assinatura dos boletins de subscrição de CEPAC, que se encontram disponíveis do website http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/leiloes/balcao-organizado/.

IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSULTORES

Os investidores que desejarem obter maiores informações sobre a presente Oferta Pública de CEPAC, sobre a Operação Urbana Consorciada Linha Verde, e aqueles que desejarem obter cópia dos exemplares do Prospecto e Suplemento, deverão dirigir-se aos endereços abaixo mencionados ou poderão acessá-los nos sites mencionado no Sumário.

Todas as informações e decisões relevantes inerentes à presente oferta pública serão divulgadas em Diário Oficial do Município, bem como nos endereços eletrônicos mencionados na página inicial, deste Edital. Adicionalmente, de acordo com sua competência, a IPPUC poderá optar por publicar em outros jornais de grande circulação.

Informações sobre a Emissora

A Emissora é a Prefeitura do Município de Curitiba, cidade que possui mais de 1,8 milhões de habitantes. Informações completas da Emissora poderão ser obtidas no Prospecto (págs. 100 a 105).

Emissora

Prefeitura Municipal de Curitiba
Av. Cândido de Abreu, 817, Centro Cívico
Curitiba, PR
Tel.: (41) 3350-8484
<http://www.curitiba.pr.gov.br/operacaourbana>

Informações sobre as demais instituições

Coordenador da Operação Urbana Consorciada Linha Verde

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC
R. Bom Jesus, 669, Cabral
Curitiba-PR
Tel: (41) 3250-1414
Presidente Interino: Sr. Luiz Fernando de Souza Jamur
www.ippuc.org.br



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1



Banco Coordenador da Oferta Pública

BB - Banco de Investimento S.A.

Rua Senador Dantas nº 105, 36º andar

Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Rodrigo Fonai

Tel.: (21) 3808-3625

Fax: (21) 2262-3862

<http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/investimentos/oferta-publica-ativos#/>

Consultores Legais da Emissora e da Coordenadora da Operação Urbana

Procuradoria Geral do Município - PGM

Rua Álvaro Ramos, 150, Edifício Pery Moreira, Centro Cívico

Curitiba-PR

Procuradora Geral: Sra. Vanessa Volpi Bellegardi Palacios

Tel.: (41) 3350-8642

pgm@pgm.curitiba.pr.gov.br



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUPLEMENTO Nº 1



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO - PREFEITO MUNICIPAL
EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO - VICE-PREFEITO
Palácio 29 de Março - Avenida Cândido de Abreu 817 - Centro Cívico

GABINETE DO PREFEITO -GAPE

JOÃO ALFREDO COSTA FILHO- *Chefe de Gabinete*

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

VANESSA VOLPI BELLEGARD PALACIOS - *Procuradora-Geral*
ROSA MARIA ALVES PEDROSO - *Subprocuradora-Geral*

SECRETARIAS DO MUNICÍPIO

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL - SGM

LUIZ FERNANDO DE SOUZA JAMUR - *Secretário*
AIRTON SOZZI JUNIOR - *Superintendente Executivo*
LUCIANO ALMEIDA CANTO - *Superintendente de Manutenção Urbana*

SECRETARIA DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA - SIT

LEANDRO VERGARA RAIMUNDI - *Superintendente*

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS METROPOLITANOS - SMAM

JULIO MAZZA DE SOUZA - *Secretário interino*
MARCELO FERRAZ CESAR - *Superintendente*

SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO - SMAB

LUIZ DAMASO GUSI - *Secretário*
EDSON RIVELINO PEREIRA - *Superintendente*

SECRETARIA MUNICIPAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL - SMCS

MARCELO SIMAS DO AMARAL CATANI - *Secretário*
HEITOR MANFRINATO - *Superintendente*

SECRETARIA MUNICIPAL DA DEFESA SOCIAL - SMDS

GUILHERME RANGEL DE MELO ALBERTO - *Secretário*
CARLOS CELSO DOS SANTOS JUNIOR - *Superintendente*

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SME

MARIA SILVIA BACILA WINKELER - *Secretária*
OSEIAS SANTOS DE OLIVEIRA - *Superintendente Executivo*
ELISANGELA IARGAS IUZVIAK MANTAGUTE - *Superintendente de Gestão Educacional*

SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE - SMELJ

EMILIO ANTONIO TRAUTWEIN - *Secretário*
RODRIGO VENSKE - *Superintendente*

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SMF

VITOR ACIR PUPPI STANISLAWCZUK - *Secretário*
DANIELE REGINA DOS SANTOS - *Superintendente Executiva*
BRENO PASCUALOTE LEMOS - *Superintendente Técnico*

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - SMMA

MARILZA DO CARMO OLIVEIRA DIAS - *Secretária*
EDELICIO MARQUES DOS REIS - *Superintendente de Controle Ambiental*
REINALDO PILOTTO - *Superintendente de Obras e Serviços*

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SEPLAD

HERALDO ALVES DAS NEVES - *Secretário*
ALESSANDRA CALADO DE MELO PALUSKI - *Superintendente de Administração*

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS - SMRH

HERALDO ALVES DAS NEVES - *Secretário interino*
LUCIANA VARASSIN - *Superintendente*

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP

EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO - *Secretário*
ALMIR BONATTO - *Superintendente de Implantação de Obras Urbanas*

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS

MÁRCIA CECÍLIA HUÇULAK - *Secretária*
BEATRIZ BATTISTELLA NADAS - *Superintendente Executiva*
TANIA MARIA DOS SANTOS PIRES - *Superintendente de Gestão da Saúde*

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E EMPREGO - SMTE

FABIANO FERREIRA VILARUEL - *Superintendente interino*

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO - SETRAN

GUILHERME RANGEL DE MELO ALBERTO - *Secretário interino*
ROSANGELA MARIA BATTISTELLA - *Superintendente*

SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO - SMU

JULIO MAZZA DE SOUZA - *Secretário*
JOSÉ LUIZ DE MELLO FILIPPETTO - *Superintendente Técnico*
JOAQUIM FERNANDO MARQUES DE MACEDO - *Superintendente de Projetos*

ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

FERNANDO WERNEK BONFIM - *Administrador da Regional do Bairro Novo - R.10.BN*
JANAINA LOPES GEHR - *Administrador da Regional do Boa Vista - R.4.BV*
RICARDO ALEXANDRE DIAS - *Administrador da Regional do Boqueirão - R.2.BQ*
MARCIO JOSE NUNES - *Administrador da Regional do Caju - R.3.CJ*
RAPHAEL KEIJI ASSAHIDA - *Administrador da Regional da Cidade Industrial de Curitiba - R.11.CIC*
JOSE DIRCEU DE MATOS - *Administrador da Regional da Matriz - R.1.MZ*
JOÃO LUIZ SIMÕES CORDEIRO - *Administrador da Regional do Pinheirinho - R.8.PN*
GERSON GUNHA - *Administrador da Regional do Portão - R.7.PR*
SIMONE DA GRAÇA DAS CHAGAS LIMA - *Administrador da Regional de Santa Felicidade - R.5.SF*
JADIR SILVA DE LIMA - *Administrador da Regional do Tatuquara - R.12.TQ*

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

AUTARQUIAS

INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - IMAP

ALEXANDRE JARSCHER DE OLIVEIRA - *Presidente*
FELIPE THA DE CARVALHO - *Superintendente Técnico*

INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO - CURITIBA TURISMO

TATIANA TURRA KORMAN - *Presidente*
OSVALDO FERNANDO DIETRICH - *Superintendente*

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA - IPPUC

LUIZ FERNANDO DE SOUZA JAMUR - *Presidente interino*

INST. DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO MUNICÍPIO DE CURITIBA - IPMC

JOSÉ LUIZ COSTA TABORDA RAUEN - *Presidente*

FUNDAÇÕES

FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL - FAS

ELENICE MALZONI - *Presidente*

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA - FCC

ANA CRISTINA DE CASTRO - *Presidente*

FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE DE CURITIBA - FEAES

ADRIANA MOREIRA KRAFT - *Diretora Geral*

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

AGÊNCIA CURITIBA DE DESENVOLVIMENTO S/A

FREDERICO AUGUSTO MUNHOZ DA ROCHA LACERDA - *Diretor-Presidente*

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A

BRUNO ROCHA - *Diretor-Presidente*

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA - COHAB-CT

JOSE LUPION NETO - *Diretor-Presidente*

URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.

OGENY PEDRO MAIA NETO - *Presidente*